



## **Assembleia Municipal de Lagoa – Açores**

### **ATA DA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOA – AÇORES, DE 25 DE JUNHO DE 2019**

#### **ATA N.º 03/2019**

Aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e dezanove, pelas dezoito horas e trinta minutos, realizou-se a terceira sessão ordinária da Assembleia Municipal do Concelho de Lagoa - Açores, no Auditório dos Paços do Concelho, nesta Cidade de Lagoa - Açores, sob a Presidência de José Manuel Dias Pereira, do Primeiro Secretário Manuel António Rodrigues e do Segundo Secretário Pedro Miguel Sousa Rodrigues, em substituição da membro Graça de Lurdes Resendes Costa Araújo. Estiveram presentes na sessão os seguintes membros: Carlos Eduardo Teixeira de Faria Resendes, Frederico Furtado de Sousa, Ruben Filipe Rebelo Cabral, Maria dos Anjos da Silva Costa Silva, César Augusto Medeiros Pacheco, Eduíno Manuel da Ponte Rego, Álvaro Nuno Carreiro da Mata Vitorino, José Eduardo da Cunha Pacheco, André Carvalho Almeida, Mónica Isabel Barranqueiro Domingues, Carla Mota Martins Galvão, Francisco Ferreira de Magalhães, Paulo Ricardo Pereira de Melo, Adriano Manuel Mota Costa, Gilberto de Sousa Borges, Sérgio Paulo Botelho Costa e Victória da Silva Couto.

Não compareceram à sessão os membros: Graça de Lurdes Resendes Costa Araújo, Pedro Alexandre Gomes Marques, Ana Teresa Amaral Pimentel Sousa Medeiros, Edite Souto de Freitas Preto, Vítor Manuel Medeiros Sousa e Olga Maria Rodrigues Borges Soares.

Em representação da Câmara Municipal, participaram a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Cristina de Fátima Silva Calisto, acompanhada pelos Senhores Vereadores: Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado; Fernando Jorge Ventura Moniz; Albertina Maria Costa Oliveira e Nelson António Rosa dos Santos.

Esteve presente o Senhor Mário Rui Farias Pacheco, representante do Bloco de Esquerda, no Concelho de Lagoa, que interveio no período de intervenção aberto ao público.

Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta esta sessão. Saudou a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais e todos os presentes. Agradeceu a presença de todos, nesta terceira sessão ordinária da Assembleia Municipal, do ano de 2019. Felicitou a Câmara

Municipal pela disponibilização de uma rede wi-fi gratuita em todas as Freguesias do Concelho, pois foi um passo importante, em termos tecnológicos, no Concelho de Lagoa.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que atendendo que foi enviada cópia da ata a todos os Deputados Municipais, que fosse dispensada a leitura da ata, o que foi aceite, por unanimidade. De seguida, colocou à aprovação de todos os membros a ata da segunda sessão ordinária, de 23 de abril de 2019.

A ata foi aprovada, por unanimidade, não tendo participado na votação os membros Frederico Furtado de Sousa, César Augusto Medeiros Pacheco, André Carvalho Almeida, Francisco Ferreira de Magalhães e Adriano Manuel Mota Costa, porque não estiveram presentes naquela sessão, nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.

Procedeu depois, o Senhor Presidente da Assembleia, à exposição da correspondência recebida, no período de 24 de abril a 25 de junho de 2019, informando que a mesma se encontrava disponível para consulta.

Pelos membros Frederico Furtado de Sousa, César Augusto Medeiros Pacheco e Vítor Manuel Medeiros Sousa, foram recebidas comunicações, solicitando justificação da falta à sessão ordinária de 23 de abril de 2019.

Pelos membros Graça de Lurdes Resendes Costa Araújo, Pedro Alexandre Gomes Marques, Ana Teresa Amaral Pimentel Sousa Medeiros, Edite Souto de Freitas Preto, Vítor Manuel Medeiros Sousa e Olga Maria Rodrigues Borges Soares, foram recebidas comunicações, solicitando justificação da falta à sessão ordinária de 25 de junho de 2019.

A Mesa considerou justificadas as faltas.

## **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**

### **VOTO DE LOUVOR - PAULO CLEMENTE VENTURA RAIMUNDO:**

O Senhor Presidente da Assembleia apresentou, por proposta da Mesa da Assembleia Municipal, o Voto de Louvor, que abaixo se transcreve:

“Paulo Clemente Ventura Raimundo, natural da freguesia de Santa Cruz, concelho de Lagoa, nasceu a 14 de outubro de 1983, tendo revelado, desde tenra idade, uma enorme paixão pelo desporto.

Destacou-se no mundo do futebol, com uma brilhante e invejada carreira como futebolista profissional ao serviço de clubes importantes.

Iniciou a sua carreira no Clube Operário Desportivo, onde se formou e entre outros clubes passou pelo Grupo Desportivo de Chaves, onde jogou uma final da Taça de Portugal e pelo

Arouca, onde subiu de divisão. Todavia foi no Clube Desportivo Santa Clara que permaneceu por cinco épocas, sendo também neste Clube que se tornou o melhor marcador de sempre, em ligas profissionais, com 53 golos marcados.

Atleta de exceção, pela sua carreira de excelência teve como ponto mais alto do seu percurso a subida à primeira liga, pelo Santa Clara.

Exemplo de integridade, dedicação, compromisso, esforço e humildade, Paulo Clemente Ventura Raimundo, conhecido na elite do futebol profissional por “Clemente”, sempre deixou falar o coração no mundo do futebol, construindo a sua carreira futebolística com muito trabalho, esforço e acima de tudo com enorme paixão.

Ao longo do seu percurso futebolístico, Clemente demonstrou sempre um grande relacionamento interpessoal, onde a dedicação e amizade aos clubes por onde passou foram a sua imagem de marca.

Terminou a sua carreira no Santa Clara, sendo visto com muito orgulho, não só pelos seus conterrâneos lagoenses, mas por todos os micaelenses e açorianos, amantes do futebol e seus admiradores.

Pelo seu profissionalismo e mérito desportivo, proponho à Assembleia Municipal de Lagoa a atribuição de um Voto de Louvor a Paulo Clemente Ventura Raimundo que terminou a sua carreira futebolística profissional na presente época desportiva de 2018/2019, ao serviço dos Açores e do Santa Clara, elevando o nome da Lagoa, devendo dar-se conhecimento deste voto ao próprio.”

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, dos vinte membros presentes:

- 1.º** Aprovar o Voto de Louvor a Paulo Clemente Ventura Raimundo;
- 2.º** Dar conhecimento deste Voto de Louvor a Paulo Clemente Ventura Raimundo;
- 3.º** Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

### **VOTO DE CONGRATULAÇÃO - GONÇALO RODRIGUES:**

O Senhor Presidente da Assembleia apresentou, por proposta da Mesa da Assembleia Municipal, o Voto de Congratulação, que abaixo se transcreve:

“Gonçalo Rodrigues, atleta do Clube Náutico de Lagoa, na modalidade de Jet Ski, conquistou o título de campeão do mundo de Ski Division GP3, ao vencer duas das três mangas da etapa italiana do circuito do Campeonato Mundial de Aquabike, que se disputou em Olbia, Itália, nos dias 1 e 2 de junho.

Gonçalo Rodrigues é um talentoso e competitivo atleta, que se tem demarcado por excelentes exposições em provas altamente exigentes, onde tem apresentado um distinto desempenho técnico, acrescido da responsabilidade de representar o nome do nosso país, da nossa região e do nosso concelho, alcançando títulos prestigiados, demonstrativos do seu nível desportivo e do grau de exigência do Clube que representa.

Este atleta é um verdadeiro exemplo de persistência e dedicação na modalidade náutica de Jet Ski, provando que é possível alcançar elevados patamares, servindo de estímulo a outros atletas.

Gonçalo Rodrigues tem distinguido o nome do concelho da Lagoa, elevando o mesmo a um patamar mundial, ao defrontar atletas do mais alto nível técnico da modalidade de Jet Ski, sagrando-se agora campeão mundial.

Face ao exposto e, considerando o elevado mérito desportivo do atleta Gonçalo Rodrigues, bem como os resultados e títulos alcançados, o Município de Lagoa tem o dever de o congratular, reconhecendo-o pelo seu contributo na valorização e divulgação do concelho da Lagoa, ao mais alto nível mundial, pelo que, proponho que a Assembleia Municipal delibere:

- Aprovar o presente voto de congratulação ao atleta Gonçalo Rodrigues;
- Dar conhecimento do presente voto ao atleta e ao Clube Náutico de Lagoa.”

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, dos vinte membros presentes:

- 1.º** Aprovar o Voto de Congratulação ao atleta Gonçalo Rodrigues;
- 2.º** Dar conhecimento deste Voto ao atleta e ao Clube Náutico de Lagoa;
- 3.º** Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

#### **VOTO DE CONGRATULAÇÃO - SARA PEREIRA:**

O Senhor Presidente da Assembleia apresentou, por proposta da Mesa da Assembleia Municipal, o Voto de Congratulação, que abaixo se transcreve:

“A atleta Sara Pereira, do Centro de Karaté de Lagoa tem alcançado honrosos resultados, na sua carreira desportiva, que são fruto da sua dedicação e empenho.

Em 2018 alcançou o título de campeã nacional, no escalão de Iniciados e já este ano sagrou-se campeã regional, título que lhe proporcionou participar na prova nacional, que teve lugar no passado dia 27 de abril, na Mealhada, onde a sua prestação lhe valeu o distinto título de campeã nacional, na categoria kumité juvenil feminino (- 45 quilos).

É motivo de orgulho para a Lagoa ser representada por uma atleta tão talentosa, competitiva e detentora de um excelente nível técnico, pertencente ao Centro de Karaté de Lagoa.

É de igual modo, motivo de orgulho, ter na Lagoa um Clube que, ao longo dos últimos 18 anos, na pessoa do seu treinador António Moniz, tem desenvolvido um notável trabalho, junto das crianças e jovens lagoenses, no âmbito da formação desportiva da modalidade de karaté, levando o nome do concelho da Lagoa além-fronteiras e elevando-o ao mais alto nível nacional.

Face às considerações expostas, referentes ao elevado mérito desportivo da atleta Sara Pereira, que tem contribuído para a valorização e divulgação da imagem do concelho, a nível regional e nacional com os resultados almejados, proponho que esta Assembleia Municipal delibere:

- Aprovar o presente voto de congratulação à atleta Sara Pereira;
- Dar conhecimento do presente voto à atleta e ao Clube que representa.”

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, dos vinte membros presentes:

- 1.º** Aprovar o Voto de Congratulação à atleta Sara Pereira;
- 2.º** Dar conhecimento deste Voto à atleta e ao Clube que representa;
- 3.º** Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

### **INTERVENÇÃO DO DEPUTADO MUNICIPAL CARLOS RESENDES:**

O Deputado Municipal Carlos Resendes, no uso da palavra, deu as boas tardes a todos e apresentou duas questões. Referiu que têm observado que as obras de construção do HIA - Hospital Internacional dos Açores, no Tecnoparque, estão a decorrer a um ritmo mais lento do que na fase inicial e questionou se prevê alguma alteração ao prazo de execução da obra. Na segunda questão, perguntou se a Câmara Municipal vai realizar a 2.ª edição do Caloura Blues, na Baixa d'Areia, atendendo que a Praia da Baixa d'Areia está interdita ao público nesta época balnear, ou vão mudar de sítio, face ao risco existente naquela zona

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, saudou todos os presentes e informou que as obras de construção do HIA - Hospital Internacional dos Açores já retomaram e são visíveis. Houve um interregno, porque concluíram os trabalhos da primeira fase e aguardaram pela conclusão do procedimento de adjudicação da segunda fase dos trabalhos, pois a obra está a ser construída por fases. Há cerca de duas semanas teve uma reunião com membros da Direção do HIA - Hospital Internacional dos Açores e foi essa a informação que lhe foi transmitida. Não tem conhecimento que esta interrupção tenha implicações no prazo de execução da obra.

Em relação à segunda questão a Senhora Presidente da Câmara Municipal respondeu que tiveram aquela preocupação, da realização da 2.ª edição do Caloura Blues, na Baixa d'Areia, face à situação existente na zona, mas são áreas diferentes e a área de lazer está aberta ao público, pelo que não há nenhum impedimento para a realização do evento naquele local. Na sequência das derrocadas que afetaram a arriba da praia pequena da Baixa d'Areia no início do ano, a Câmara Municipal de Lagoa, em coordenação com a Direção Regional dos Assuntos do Mar, solicitou ao Laboratório Regional de Engenharia Civil uma avaliação da estabilidade dos taludes de toda a área balnear da Baixa d'Areia. Foram identificadas um conjunto de sintomas potenciais de gerar queda de blocos, pelo que a Câmara Municipal e a Direção Regional dos Assuntos do Mar irão executar as recomendações emanadas pelo Laboratório Regional de Engenharia Civil. Até à execução da intervenção de estabilização e sobretudo pela salvaguarda da segurança dos utentes, a prática balnear nesta praia ficará interdita.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

**INTERVENÇÃO DO DEPUTADO MUNICIPAL RUBEN CABRAL:**

O Deputado Municipal Ruben Cabral, no uso da palavra, deu as boas tardes a todos e questionou como está a decorrer a situação de recolha de resíduos, no Concelho.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, passou a palavra ao Senhor Vereador Nelson Santos, responsável pela área do Ambiente e da recolha de RSU.

O Senhor Vereador Nelson Santos, no uso da palavra, saudou todos os presentes e informou que a Câmara Municipal aposta, definitivamente, na proximidade do sistema de recolha de resíduos sólidos urbanos porta-a-porta no Concelho. Recentemente procedeu-se a uma reorganização deste serviço, com a retirada de ecopontos coletivos distribuídos pelo Concelho, mantendo-se apenas nas zonas onde não é possível fazer a recolha porta-a-porta, por exemplo onde existe habitação vertical ou em ruas sem acesso às viaturas de recolha. Ao longo do tempo o serviço tem vindo a melhorar, na Freguesia de Água de Pau houve situações mais complexas, nomeadamente, no parque de estacionamento junto ao estabelecimento Multimédia, mas estão a ser resolvidas de forma positiva. Existem ainda outras situações que estão a ser monitorizadas e tem havido alguma resistência à mudança de hábitos por parte de algumas pessoas.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal informou que por parte da MUSAMI está a haver um reforço na divulgação do cumprimento dos requisitos dos serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos. Durante quatro meses vão estar duas pessoas por Concelho, numa primeira fase a sensibilizar as pessoas de como devem proceder e mais tarde a verificar se a deposição dos resíduos está a ser feita corretamente.

O Deputado Municipal Ruben Cabral questionou se a Câmara Municipal já pensou em alterar o horário do serviço de recolha de resíduos para noturno.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, respondeu que não será solução. Tem que haver disciplina por parte das pessoas, no cumprimento do horário da recolha de resíduos. Quando se muda algo, há sempre um período de adaptação que é difícil, mas tem havido progressos e algumas situações têm melhorado.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

### **INTERVENÇÃO DO DEPUTADO MUNICIPAL JOSÉ PACHECO:**

O Deputado Municipal José Pacheco, no uso da palavra, deu as boas tardes a todos e congratulou a Câmara Municipal pela disponibilização de uma rede wi-fi gratuita em todas as Freguesias do Concelho, tal como o Senhor Presidente da Assembleia Municipal já referiu. Entende que foi bom para o Concelho de Lagoa, que a Câmara Municipal tenha dado esse passo.

Sugeriu o Deputado Municipal José Pacheco que a Câmara Municipal deveria reforçar a divulgação dos serviços da recolha de resíduos de grandes dimensões, os chamados “monstros” e a recolha de resíduos verdes, no portal da Câmara Municipal e em outros meios de comunicação, pois desconhecia que a Câmara Municipal prestava esse serviço.

Em relação à situação que expôs na última sessão da Assembleia Municipal, informou que já foi colocado o contentor de recolha de resíduos, na Freguesia da Ribeira Chã.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

### **PERÍODO ORDEM DO DIA:**

#### **PONTO N.º 1 – INFORMAÇÃO SOBRE A ATIVIDADE CAMARÁRIA:**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou para apreciação, a informação escrita da Senhora Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do município, bem como o saldo e o estado das dívidas a fornecedores, conforme previsto no n.º 4 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A Assembleia Municipal apreciou as informações, de acordo com o estipulado na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

#### **PONTO N.º 2 – PROPOSTA – ANULAÇÃO DE PROCEDIMENTO PARA CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO ATÉ AO MONTANTE MÁXIMO DE 1.765.000,00 €:**

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta de anulação do procedimento para Contratação de Empréstimo de Médio e Longo Prazo, até ao montante máximo de 1.765.000,00 €, cuja autorização foi deliberada em sessão da Assembleia Municipal, de 4 de dezembro de 2018.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, informou que foi proposto e deliberado em reunião Camarária, não aceitar/não outorgar a nova versão do contrato entretanto apresentada pela CGD – cuja proposta revogou a anterior -, e revogar a decisão de contratar e anular todo o presente procedimento de contratação pública “Contratação de Empréstimo de Médio e Longo prazo até ao montante máximo de 1.765.000,00€”, por o correspondente contrato reiteradamente proposto carecer de suporte legal e o procedimento

não ter, de forma expressa, vedado a possibilidade de previsão de capitalização de juros em caso de incumprimento, de forma a poder ser visado pelo Tribunal de Contas.

Assim, foi decidido abrir novos procedimentos, com a relação dos investimentos a realizar, divididos por áreas, mas que preveem, de forma expressa, a impossibilidade de previsão daquela condição no correspondente contrato.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

### **PONTO N.º 3 – PROPOSTA – ANULAÇÃO DE PROCEDIMENTO PARA CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO ATÉ AO MONTANTE MÁXIMO DE 350.000,00 €:**

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta de anulação do procedimento para Contratação de Empréstimo de Curto Prazo até ao montante máximo de 350.000,00 €, cuja autorização foi deliberada em sessão da Assembleia Municipal, de 4 de dezembro de 2018.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, informou que o contrato apresentado pela Caixa Geral de Depósitos, para Contratação deste Empréstimo de Curto Prazo, mantém a previsão da mesma cláusula que o Tribunal de Contas inviabilizou no Empréstimo de Médio e Longo Prazo. Mais, como a Câmara Municipal não tem usado o Empréstimo de Curto Prazo nos últimos anos e não tenciona usar este ano, foi proposto e deliberado em reunião Camarária a anulação deste procedimento.

Mais informou a Senhora Presidente da Câmara Municipal que não vai ser aberto um novo procedimento para Contratação de Empréstimo de Curto Prazo. A Câmara Municipal irá fazer a gestão com os seus recursos até ao final do ano.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

### **PONTO N.º 4 – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO:**

Foi presente pela Câmara Municipal o pedido de autorização prévia da Assembleia Municipal, referente ao empréstimo de médio e longo prazo, que abaixo se transcreve:

“De acordo com os n.ºs 1 e 2 do artigo 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, os empréstimos a médio e longo prazo podem ser contraídos para aplicação em investimentos, e, caso ultrapassem 10% das despesas de investimento previstas no orçamento do exercício, são submetidos, independentemente da sua inclusão no plano plurianual de atividades, a discussão e a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Deste modo solicito a autorização da Assembleia Municipal para os seguintes investimentos:

- Aquisição de 2 frações de terreno, na Rua António Moniz Barreto, para parque de estacionamento – 144.000€, previsivelmente a executar em 2019;



- Obras de requalificação de Parque de Estacionamento, na Rua António Moniz Barreto – 50.000€, previsivelmente a executar em 2019;
- Aquisição de terreno na Rua do Jardim, para construção de estrada – 80.000€, previsivelmente a executar em 2019;
- Obras de requalificação no terreno da Rua do Jardim – construção de estrada e infraestruturas – 300.000€, previsivelmente a executar em 2020;
- Recuperação do Cine Teatro Ferreira da Silva – 300.000€, previsivelmente a executar em 2020;
- Aquisição da Rede de Abastecimento de água, no Bairro Vila Mar – 100.000€, previsivelmente a executar em 2020.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte membros presentes:

**1.º** Emitir autorização prévia à Câmara Municipal, conforme pedido apresentado, referente ao empréstimo de médio e longo prazo, de acordo com os n.ºs 1 e 2 do artigo 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro - Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), na sua atual redação;

**2.º** Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

#### **PONTO N.º 5 – RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS DE 2018:**

Pela Câmara Municipal foi presente o Relatório de Gestão Consolidado e os anexos às demonstrações financeiras consolidadas, bem como a Certificação Legal das Contas Consolidadas apresentada pela Sociedade Marques da Cunha, Arlindo Duarte & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., nos termos do artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e da Portaria n.º 474/2010, de 1 de julho.

A Assembleia Municipal apreciou os documentos apresentados de prestação de contas consolidadas de 2018, conforme disposto no n.º 2 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

#### **PONTO N.º 6 – PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2018, REVOGAÇÃO DO CONTRATO DA CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL NO CONTRATO PROGRAMA E NO CONTRATO DE GESTÃO DELEGADA – EIRSU, EIM, S.A.:**

Pela Câmara Municipal foi presente o processo remetido pela EIRSU - Empresa Intermunicipal de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos da Ilha de São Miguel, EIM, S.A. com o Relatório e Contas de 2018, a ata da reunião da Assembleia Geral daquela Empresa Intermunicipal, realizada no passado dia 22 de abril de 2019, a minuta da Revogação do Contrato da Cessão

da Posição Contratual e a minuta da Cessão da Posição Contratual no Contrato Programa e no Contrato de Gestão Delegada.

Informam que naquela reunião foi aprovado, o seguinte:

- O Relatório e Contas de 2018, com um resultado líquido negativo de 2.403,79 €. Considerando o n.º 2 do artigo 40 da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, cada Município deverá realizar uma transferência para cobertura de prejuízo do resultado líquido antes de imposto, na proporção da % no capital na EIRSU, no valor de 801,26 €;
- A Revogação do Contrato da Cessão da Posição Contratual para conhecimento da Assembleia Municipal;
- A Cessão da Posição Contratual no Contrato Programa e no Contrato de Gestão Delegada para aprovação da Assembleia Municipal.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, informou que este processo da EIRSU, EIM, SA, tem vindo a ser acompanhado por esta Assembleia Municipal e o mesmo decorre de uma auditoria do Tribunal de Contas àquela Empresa Intermunicipal, na qual recomendam a sua extinção. Assim, com estes procedimentos a contratação de serviços de recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos, dos Municípios da Lagoa, Ribeira Grande e Vila Franca do Campo, passa para a MUSAMI e termina a atividade da EIRSU, podendo proceder-se à sua extinção, dando cumprimento à recomendação do Tribunal de Contas.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte membros presentes:

- 1.º** Tomar conhecimento da Revogação do Contrato da Cessão da Posição Contratual;
- 2.º** Aprovar a Cessão da Posição Contratual no Contrato Programa e no Contrato de Gestão Delegada;
- 3.º** Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

#### **PONTO N.º 7 – OUTROS ASSUNTOS:**

Conforme disponibilizado a todos os membros, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs a introdução dos seguintes assuntos:

- Procedimento para Contração de Empréstimo de Médio e Longo Prazo, por 20 anos até ao montante máximo de 974.000,00 €;
- Procedimento para Contração de Empréstimo de Médio e Longo Prazo, por 20 anos, até ao montante máximo de 265.500,00 €;
- Procedimento para Contração de Empréstimo de Médio e Longo Prazo, por 8 anos, até ao montante máximo de 110.000,00 €;

- Procedimento para Contração de Empréstimo de Médio e Longo Prazo, por 4 anos, até ao montante máximo de 75.000,00 €;
- Proposta – Participação do Município de Lagoa na “Associação de Limpeza Urbana – Parceria para Cidades + Inteligentes e Sustentáveis”;
- 2.ª Revisão Orçamental ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano Financeiro de 2019.

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, dos vinte membros presentes, concordar com a introdução dos referidos assuntos.

### **PROCEDIMENTO PARA CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO, POR 20 ANOS ATÉ AO MONTANTE MÁXIMO DE 974.000,00 €:**

Pela Câmara Municipal foi presente o pedido de contração de um empréstimo de médio e longo prazo, até ao montante máximo de 974.000,00 € (novecentos e setenta e quatro mil euros), pelo prazo de 20 anos, com período de carência de 2 anos, apresentado em reuniões Camarárias de 4 e 21 de junho de 2019.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, informou que conforme já explicou no ponto referente à anulação do procedimento para Contração de Empréstimo de Médio e Longo Prazo, até ao montante máximo de 1.765.000,00 €, foi decidido abrir novos procedimentos. O primeiro procedimento teve por base valores de referência, mas passados alguns meses já têm valores concretos dos investimentos a realizar. Mais informou que reabriram as candidaturas a Fundos Comunitários, o que permite à Câmara Municipal apresentar candidaturas desses projetos. Assim, o empréstimo até ao montante máximo de 974.000,00 € destina-se a obras sem candidaturas a Fundos Comunitários, enquanto os outros três empréstimos são alvo de candidaturas e representam 15% do valor correspondente ao Município. O prazo do empréstimo é variável consoante a vida útil do bem.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com dezasseis votos a favor de todos os membros do PS, já supra melhor identificados nas presenças desta sessão e quatro abstenções dos membros do PSD: Carlos Resendes; Ruben Cabral; José Pacheco e Carla Galvão, dos vinte membros presentes:

**1.º** Autorizar a Câmara Municipal a contrair, um empréstimo de médio e longo prazo, até ao montante máximo de 974.000,00 € (novecentos e setenta e quatro mil euros), em conformidade com a consulta feita à banca, pelo prazo de 20 anos e com período de carência de 2 anos;

**2.º** Autorizar a contratação deste financiamento junto da Caixa Geral de Depósitos, que apresentou a proposta mais vantajosa para o Município, conforme a análise efetuada, até ao montante máximo de 974.000,00 € (novecentos e setenta e quatro mil euros), com a taxa de

juro Euribor 6 meses acrescida do spread de 1%, de acordo com a alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

**3.º** Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

**PROCEDIMENTO PARA CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO, POR 20 ANOS, ATÉ AO MONTANTE MÁXIMO DE 265.500,00 €:**

Pela Câmara Municipal foi presente o pedido de contratação de um empréstimo de médio e longo prazo, até ao montante máximo de 265.500,00 € (duzentos e sessenta e cinco mil e quinhentos euros), pelo prazo de 20 anos, com período de carência de 2 anos, apresentado em reuniões Camarárias de 4 e 21 de junho de 2019.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com dezasseis votos a favor de todos os membros do PS, já supra melhor identificados nas presenças desta sessão e quatro abstenções dos membros do PSD: Carlos Resendes; Ruben Cabral; José Pacheco e Carla Galvão, dos vinte membros presentes:

**1.º** Autorizar a Câmara Municipal a contrair, um empréstimo de médio e longo prazo, até ao montante máximo de 265.500,00 € (duzentos e sessenta e cinco mil e quinhentos euros), em conformidade com a consulta feita à banca, pelo prazo de 20 anos e com período de carência de 2 anos;

**2.º** Autorizar a contratação deste financiamento junto da Caixa Geral de Depósitos, que apresentou a proposta mais vantajosa para o Município, conforme a análise efetuada, até ao montante máximo de 265.500,00 € (duzentos e sessenta e cinco mil e quinhentos euros), com a taxa de juro Euribor 6 meses acrescida do spread de 1%, de acordo com a alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

**3.º** Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

**PROCEDIMENTO PARA CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO, POR 8 ANOS, ATÉ AO MONTANTE MÁXIMO DE 110.000,00 €:**

Pela Câmara Municipal foi presente o pedido de contratação de um empréstimo de médio e longo prazo, até ao montante máximo de 110.000,00 € (cento e dez mil euros), pelo prazo de 8 anos, com período de carência de 2 anos, apresentado em reuniões Camarárias de 4 e 21 de junho de 2019.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com dezasseis votos a favor de todos os membros do PS, já supra melhor identificados nas presenças desta sessão e quatro abstenções dos membros do PSD: Carlos Resendes; Ruben Cabral; José Pacheco e Carla Galvão, dos vinte membros presentes:

**1.º** Autorizar a Câmara Municipal a contrair, um empréstimo de médio e longo prazo, até ao montante máximo de 110.000,00 € (cento e dez mil euros), em conformidade com a consulta feita à banca, pelo prazo de 8 anos e com período de carência de 2 anos;

**2.º** Autorizar a contratação deste financiamento junto da Caixa Geral de Depósitos, que apresentou a proposta mais vantajosa para o Município, conforme a análise efetuada, até ao montante máximo de 110.000,00 € (cento e dez mil euros), com a taxa de juro Euribor 6 meses acrescida do spread de 0,7%, de acordo com a alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

**3.º** Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

### **PROCEDIMENTO PARA CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO, POR 4 ANOS, ATÉ AO MONTANTE MÁXIMO DE 75.000,00 €:**

Pela Câmara Municipal foi presente o pedido de contratação de um empréstimo de médio e longo prazo, até ao montante máximo de 75.000,00 € (setenta e cinco mil euros), pelo prazo de 4 anos, com período de carência de 2 anos, apresentado em reuniões Camarárias de 4 e 21 de junho de 2019.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com dezasseis votos a favor de todos os membros do PS, já supra melhor identificados nas presenças desta sessão e quatro abstenções dos membros do PSD: Carlos Resendes; Ruben Cabral; José Pacheco e Carla Galvão, dos vinte membros presentes:

**1.º** Autorizar a Câmara Municipal a contrair, um empréstimo de médio e longo prazo, até ao montante máximo de 75.000,00 € (setenta e cinco mil euros), em conformidade com a consulta feita à banca, pelo prazo de 4 anos e com período de carência de 2 anos;

**2.º** Autorizar a contratação deste financiamento junto da Caixa Geral de Depósitos, que apresentou a proposta mais vantajosa para o Município, conforme a análise efetuada, até ao montante máximo de 75.000,00 € (setenta e cinco mil euros), com a taxa de juro Euribor 6 meses acrescida do spread de 0,6%, de acordo com a alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

**3.º** Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

### **PROPOSTA – PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LAGOA NA “ASSOCIAÇÃO DE LIMPEZA URBANA – PARCERIA PARA CIDADES + INTELIGENTES E SUSTENTÁVEIS”:**

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta, sobre o assunto acima referenciado, que abaixo se transcreve:

“Na sequência do deliberado por esta Câmara Municipal, em sua reunião de 5 de abril de 2019, e da Assembleia Municipal, em sua sessão de 23 de abril de 2019, na qual foi autorizada

a participação do Município de Lagoa, representado pela Câmara Municipal de Lagoa, na Associação sem fins lucrativos: "Associação Limpeza Urbana – Parceria para Cidades + Inteligentes e Sustentáveis" (ALU) e após a primeira reunião da Assembleia Geral da Associação Limpeza Urbana (ALU), convocada pela comissão instaladora, foram aprovados os Estatutos e Regulamento Interno com as seguintes alterações (em anexo) que foram feitas nos documentos iniciais, no âmbito da Assembleia Constitutiva daquela associação:

1-Nos Estatutos, no artigo referente aos associados foi acrescentado nos Associados Fundadores e Efetivos, aos municípios e freguesias, "entidades pertencentes ao setor empresarial local", de forma a enquadrar as empresas municipais.

2-No Regulamento Interno, no capítulo relativo às Quotas, foi acrescentado o seguinte ponto: "Ao valor da quotização fixado no presente artigo é aplicada uma redução de 20%, sob o valor de quota a pagar, no caso do Associado ser uma Junta de Freguesia".

Assim, proponho que a Câmara Municipal delibere, nos termos e ao abrigo do disposto na alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º conjugado com a alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º, da alínea oo), do n.º 1, do artigo 33.º todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como o disposto no n.º 1, do artigo 53.º, aplicável por remissão do n.º 3, do artigo 56.º, ambos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto:

- Aprovar e submeter à Assembleia Municipal a aceitação dos respetivos Estatutos, em anexo e que constituem parte integrante da presente proposta;
- Aprovar a despesa no valor de 2.000,00 € (dois mil euros) para o ano de 2019 com a assunção do encargo a suportar anualmente pelo Município de Lagoa - Açores após a adesão."

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte membros presentes:

**1.º** Aprovar a aceitação dos respetivos Estatutos, em anexo e que constituem parte integrante da presente proposta;

**2.º** Aprovar a despesa no valor de 2.000,00 € (dois mil euros) para o ano de 2019 com a assunção do encargo a suportar anualmente pelo Município de Lagoa – Açores após a adesão, do Município de Lagoa- Açores, representado pelo Vereador Nelson António Rosa dos Santos, em representação da Câmara Municipal de Lagoa, na Associação sem fins lucrativos: "Associação Limpeza Urbana – Parceria para Cidades + Inteligentes e Sustentáveis" (ALU);

**3.º** Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

## **2.ª REVISÃO ORÇAMENTAL AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO FINANCEIRO DE 2019:**

Pela Câmara Municipal foi presente a 2.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, conforme proposta que abaixo se transcreve:

“Torna-se necessário proceder à 2.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, de acordo com o preconizado no Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de fevereiro, na sua atual redação.

### **Anulações**

#### **Receitas de Capital (Orçamento 2019)**

120602 – Sociedades Financeiras – 1.340.500€

#### **Despesas de Capital (Orçamento 2019)**

070101 – Obra n.º 3/I/2017 – Aquisição de Terrenos – 600.000,00€

07030313 – Obra n.º 22/I/2016 - Recuperação e requalificação da Praça Nossa Senhora do Rosário – 382.000€

07010302 – Obra n.º 11/I/2016 - Recuperação Cine Teatro Ferreira da Silva - Espaço Multiusos – 200.000€

07010302 – Obra n.º 6/I/2017 - Construção de Pavilhão - Estrutura Metálica no Polidesportivo da Atalhada – 115.000€

07010401 – Obra n.º 6/I/2019 - Obras de requalificação no Terreno da Rua do Jardim - Construção de Estrada e Infraestruturas – 300.000€

07030307 – Obra n.º 3/I/2019 - Aquisição da Rede de Abastecimento de Água - Bairro Vila Mar – 100.000€

07010305 – Obra n.º 7/I/2018 - Construção de Alpendre na Escola Octávio Gomes Filipe – 51.000€

### **Reforços**

#### **Despesas Correntes (Orçamento 2019)**

0301030202 – Outros Investimentos Municipais – 5.000,00€

06020399 – Diversas – 8.050,00€

#### **Despesas de Capital (Orçamento 2019)**

070101 – Obra n.º 7/I/2019 - Aquisição de Terrenos – 240.000€

07011003 – Obra n.º 30/I/2016 - Eficiência Energética dos Edifícios e Infraestruturas Municipais – 11.950€

07010601 - Obra n.º 8/I/2019 - Recolha Seletiva de Resíduos do Concelho de Lagoa – 80.000€

07010401 – Obra n.º 10/I/2019- Construção de rampa de varagem, no Portinho de São Pedro – 12.500€

07010401 – Obra n.º 11/I/2019 - Obras de requalificação de Parque de Estacionamento - Rua António Moniz Barreto – 50.000€

#### **Valores a inserir no Orçamento de 2020:**

07030313 – Obra n.º 22/I/2016 - Recuperação e requalificação da Praça Nossa Senhora do Rosário – 45.000€

07010302 – Obra n.º 11/I/2016 - Recuperação Cine Teatro Ferreira da Silva - Espaço Multiusos – 300.000€

07010401 – Obra n.º 6/I/2019 - Obras de requalificação no Terreno da Rua do Jardim - Construção de Estrada e Infraestruturas – 300.000€

07030307 – Obra n.º 3/I/2019 - Aquisição da Rede de Abastecimento de Água - Bairro Vila Mar – 100.000€

070115 – Obra n.º 6/I/2016 - Smart City e Modernização Administrativa – 75.000€

07030302 – Obra n.º 9/I/2019 – Construção da ETAR da Lagoa – 180.000€.”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, explicou que nesta 2.ª revisão foi efetuada uma correção ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano. Procedeu-se à anulação do primeiro empréstimo de médio e longo prazo e ao reforço dos novos empréstimos.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação, a 2.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, tendo a Assembleia sobre o referido documento, deliberado, por maioria, com dezasseis votos a favor de todos os membros do PS, já supra melhor identificados nas presenças desta sessão e quatro abstenções dos membros do PSD: Carlos Resendes; Ruben Cabral; José Pacheco e Carla Galvão, dos vinte membros presentes:

**1.º** Aprovar a 2.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

**2.º** Rubricar todas as folhas, dispensando a sua transcrição em ata, de acordo com o Decreto-Lei n.º 45 362, de 21 de novembro de 1963, com a nova redação dada ao artigo 5.º pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto;

**3.º** Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

#### **PERIODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:**

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que estava aberto o período de intervenção do público e passou a palavra ao Senhor Mário Rui Farias Pacheco, que manifestou a intenção de intervir.

O Senhor Mário Rui Farias Pacheco, no uso da palavra, saudou todos os presentes e informou que a questão que iria apresentar estava relacionada com o assunto da “Praia da Baixa d’Areia interdita esta época banhar”, o qual já foi falado nesta sessão pelo Deputado Municipal Carlos Resendes. Nas notícias que teve oportunidade de ler, publicadas em janeiro e em junho do corrente ano, não ficou esclarecido em relação à conclusão das obras do talude.



O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, passou a palavra ao Senhor Vereador Nelson Santos, responsável por esta área e quem tem acompanhado este assunto.

O Senhor Vereador Nelson Santos, no uso da palavra, explicou que a interdição definitiva da faixa de rodagem no sentido poente-nascente e do acesso pedonal à praia pequena serão materializados, no imediato, através da construção de um muro de proteção/guarda numa localização mais interior e pela colocação de sinalização apropriada. Em relação à praia da Baixa d'Areia, as medidas aconselham que se faça o saneamento controlado dos blocos rochosos e posterior estabilização do talude. Atendendo à complexidade desta intervenção, a Câmara Municipal e a Direção Regional dos Assuntos do Mar entenderam que a mesma deve ser suportada por um estudo geológico e geotécnico, o qual será desenvolvido por um gabinete especializado, e esperam que na próxima época balnear a Praia da Baixa d'Areia já esteja aberta ao público.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a presença do Senhor Mário Rui Farias Pacheco nesta sessão da Assembleia Municipal e os esclarecimentos prestados.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

Antes de dar por terminada esta sessão, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a presença de todos, as intervenções e os esclarecimentos prestados. Desejou a todos umas boas férias.

Sem mais assuntos a tratar, sendo dezanove horas e vinte e oito minutos, foi dada por encerrada esta sessão pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e para constar foi lavrada a presente ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada pela Mesa.

E eu \_\_\_\_\_, Técnica Superior, do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos, nomeada para o efeito, a redigi e assino.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

---

O PRIMEIRO SECRETÁRIO

---

O SEGUNDO SECRETÁRIO

---